

# **Infraestrutura Brasil Holding I S.A.**

Demonstrações Financeiras Individuais  
e Consolidadas Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da  
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### *Capital circulante negativo*

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$475.151 mil na controladora e R\$485.845 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2022. Esse fator indica a existência de incerteza relevante que pode lançar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### *Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos ativos*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.4, nº 9 e nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado e ativo intangível. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Esses ativos são referentes aos parques eólicos adquiridos em dezembro de 2020.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcio Albuquerque Cavalcanti  
Contador  
CRC nº 1 SP 264164/O-2

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.928	22.923	45.528	54.511	Fornecedores	11	704	368	6.256	26.268
Contas a receber	6	-	-	13.903	11.918	Empréstimos e financiamentos	16	176.545	422.358	221.951	467.807
Impostos a recuperar		264	550	476	600	Debênture	17	306.003	-	306.003	-
Despesas antecipadas		10	117	1.853	1.641	Obrigações trabalhistas		11.691	7.027	11.837	7.186
Partes relacionadas	15	2.263	10.102	2.273	10.071	Tributos e contribuições sociais e recolher	12	8	62	2.325	3.432
Adiantamentos		489	431	1.181	441	Arrendamento	14	155	397	155	397
Demais ativos		-	810	-	1.989	Estoque de terceiros		-	-	-	172
		<u>19.954</u>	<u>34.933</u>	<u>65.214</u>	<u>81.171</u>	Encargos com energia elétrica	13	-	-	2.532	-
								<u>495.106</u>	<u>430.212</u>	<u>551.059</u>	<u>505.262</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	44.314	45.008	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	986.944	960.040
Despesas antecipadas		-	10	-	223	Arrendamento	14	-	135	-	135
Investimentos	8	384.392	448.326	-	-	Provisão para riscos	18	-	-	57	286
Imobilizado	9	541	1.085	1.315.142	1.369.236			-	135	987.001	960.461
Intangível	10	14	19	23.186	24.111						
		<u>384.947</u>	<u>449.440</u>	<u>1.382.642</u>	<u>1.438.578</u>						
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	19				
						Capital social		750.001	650.001	750.001	650.001
						Capital social a integralizar		(538.741)	(438.741)	(538.741)	(438.741)
						Prejuízos acumulados		(301.465)	(157.234)	(301.464)	(157.234)
								<u>(90.205)</u>	<u>54.026</u>	<u>(90.204)</u>	<u>54.026</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>404.901</u>	<u>484.373</u>	<u>1.447.856</u>	<u>1.519.749</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>404.901</u>	<u>484.373</u>	<u>1.447.856</u>	<u>1.519.749</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais		-	-	161.610	94.737
Deduções das receitas operacionais		-	-	(7.593)	(3.458)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>154.017</b>	<b>91.279</b>
Custos com energia elétrica	22	-	-	(26.353)	(14.609)
Custos de operação	22	-	-	(69.457)	(23.685)
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(95.810)</b>	<b>(38.294)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58.207</b>	<b>52.985</b>
<b>RECEITAS/(DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS</b>					
Despesas gerais e administrativas	23	(18.086)	(15.390)	(19.512)	(16.772)
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>8</b>	<b>(63.032)</b>	<b>(41.973)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(81.118)</b>	<b>(57.363)</b>	<b>38.695</b>	<b>36.213</b>
Receitas financeiras		1.019	1.133	12.009	4.343
Despesas financeiras		(64.132)	(41.331)	(188.023)	(125.629)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>24</b>	<b>(63.113)</b>	<b>(40.198)</b>	<b>(176.014)</b>	<b>(121.286)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(144.231)</b>	<b>(97.561)</b>	<b>(137.319)</b>	<b>(85.073)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	-	-	(6.912)	(12.488)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(144.231)</b>	<b>(97.561)</b>	<b>(144.231)</b>	<b>(97.561)</b>
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$		(0,2123)	(0,1501)	(0,2123)	(0,1501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(144.231)	(97.561)	(144.231)	(97.561)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	-	19.244	-	19.244
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(144.231)</u>	<u>(78.317)</u>	<u>(144.231)</u>	<u>(78.317)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---



INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	650.001	(650.000)	(19.244)	(59.673)	(78.916)
Integralização de capital em 23 de setembro de 2021	-	211.259	-	-	211.259
Prejuízo do exercício	-	-	-	(97.561)	(97.561)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo sobre "hedge accounting"	-	-	19.244	-	19.244
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	650.001	(438.741)	-	(157.234)	54.026
Redução de capital em 15 de setembro de 2022	(438.741)	438.741	-	-	-
Aumento de capital em 15 de setembro de 2022	538.741	(538.741)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(144.231)	(144.231)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>750.001</u>	<u>(538.741)</u>	<u>-</u>	<u>(301.465)</u>	<u>(90.205)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo do exercício		(144.231)	(97.561)	(144.231)	(97.561)
Itens que não afetam o caixa operacional:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	63.032	41.973	-	-
Depreciação	9	686	621	54.606	19.927
Ganho na alienação de ativos	9	-	-	-	(64)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	17	58.815	30.734	163.500	103.388
Amortização dos custos de transação		1.280	7.212	1.861	7.761
Juros sobre arrendamento	14	13	45	13	45
Provisões		60	(90)	1.146	2.959
Provisão para riscos	18	-	-	(198)	286
(Aumento) diminuição dos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	(1.985)	(11.918)
Impostos a recuperar		286	(108)	124	(150)
Despesas antecipadas		117	18	11	514
Partes relacionadas	15	7.839	(5.234)	7.798	(5.623)
Adiantamentos		(58)	(336)	(740)	(347)
Demais ativos		810	(677)	2.014	(1.855)
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	11	336	246	(21.158)	(59.034)
Tributos e contribuições sociais e recolher	12	(54)	(54)	4.839	12.285
Obrigações trabalhistas		4.665	3.835	4.651	3.994
Encargos com energia elétrica	13	-	-	2.532	-
Estoque de terceiros		-	-	(172)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(6.404)	(19.376)	74.611	(25.393)
Juros pagos		(34.154)	(22.730)	(69.548)	(22.730)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	-	-	(5.946)	(10.117)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(40.558)	(42.106)	(883)	(58.240)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Títulos e valores mobiliários	7	-	18.231	694	(26.777)
Adições ao imobilizado	9	(142)	(110)	(490)	(838.758)
Recebimento pela venda de ativos	9	-	-	-	452
Adições ao intangível		-	(23)	-	(477)
Baixa de intangível	10	-	-	902	-
Investimentos em controladas	10	902	(107.986)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		760	(89.888)	1.106	(865.560)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Contratos de mútuos a receber	15	-	400	-	-
Contratos de mútuos a pagar	15	-	(2.500)	-	(2.500)
Pagamento de arrendamento	14	(446)	(392)	(446)	(392)
Aumento de capital	19	-	211.259	-	211.259
Captação debêntures	17	298.200	-	298.200	-
Captação de empréstimos	16	49	145.585	49	723.538
Amortização de empréstimos	16	(264.000)	(202.347)	(307.009)	(202.347)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		33.803	152.005	(9.206)	729.558
<b>ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(5.995)</b>	<b>20.011</b>	<b>(8.983)</b>	<b>(194.242)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.923	2.912	54.511	248.753
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		16.928	22.923	45.528	54.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia” ou “IBH I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de junho de 2018, com sede foro na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia tem como controladora direta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 20 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da empresa Sol do Sertão Holding S.A. (“Sol do Sertão”), esta que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (“SPE”): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. (“OB I”), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“OB II”) e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“OB III”).

Essas SPEs, que fazem parte do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão, cujo propósito específico é a geração de energia solar, estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia e possuem capacidade instalada total de 475.760 MWp, sendo 163.850 MWp da OB I, 171.773 MWp da OB II e 140.137 MWp da OB III. As SPEs entraram em operação conforme quadro a seguir:

<u>SPE</u>	<u>Projeto</u>	<u>Entrada em operação comercial</u>
OB I	Terra Sol XI	21/08/21
OB I	UFV Terra do Sol VII	19/10/21
OB I	Sol do Sertão XXXVI	21/08/21
OB II	UFV Sol do Sertão XII	16/10/21
OB II	Sol do Sertão VIII	01/09/21
OB III	Sol do Sertão XXXV	21/08/21
OB III	Sol do Sertão XIII	21/08/21
OB III	UFV Sol do Sertão XIV	19/10/21

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

#### Continuidade das operações

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$475.151 na Controladora e R\$485.845 no Consolidado (em 31 de dezembro de 2021 de R\$395.279 na Controladora e R\$424.091 no Consolidado), decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração solar de suas controladas indiretas.

O Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas indiretas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo que iniciaram seu suprimento de energia no segundo semestre de 2021.

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera: (i) a negociação do vencimento das dívidas de curto prazo (vide nota explicativa 30), e; (ii) aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e a alocação do preço de aquisição societárias e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

## e) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH I e suas controladas, nas quais a IBH I detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Participação %	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Controlada direta</u>		
Sol do Sertão	100%	100%
<u>Controladas indiretas</u>		
OB I	100%	100%
OB II	100%	100%
OB III	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

## 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas os resultados financeiros são alocados ao custo do ativo imobilizado na fase pré-operacional.

### 3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

### 3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos.

A provisão para perda esperada de créditos é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

### 3.4. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

### 3.5. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

### 3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa ao final de cada período o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos valores recuperáveis.

### 3.7. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

### 3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### 3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### 3.10. Arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de--uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no exercício a que se referem.

### 3.11. Impostos

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

Na controladora e controlada direta o Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para Imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Nas controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

### 3.12. Encargos com energia elétrica

Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL, em 31 de dezembro de 2022 correspondem à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

### 3.13. Instrumentos financeiros

#### Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro:

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Reconhecimento:

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no exercício em que ocorrerem.



- Mensuração:
  - As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:
  - Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
  - Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
  - Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

#### Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Instrumentos derivativos - “Hedge”

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de “hedge” com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF (“Non-Deliverable Forward”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

Os derivativos contratados são classificados como “hedge” de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia e suas controladas adotam o “hedge accounting”.

As principais características das atividades de “hedge” das controladas indiretas são baseadas nas Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

#### 3.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### 3.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

### 3.16. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as controladas da Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

## 4. ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

### (i) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs	01/01/2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	2018-2020	
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

## (ii) Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um	Não
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	definida
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01/01/2023

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	-	-	-	3
Depósitos bancários	44	286	7.499	25.845
Aplicações financeiras	16.884	22.637	38.029	28.663
	<u>16.928</u>	<u>22.923</u>	<u>45.528</u>	<u>54.511</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 99% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99% a 100,5% em 31 de dezembro de 2021).

## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (ii)	-	-	13.605	9.071
CCEE (i)	-	-	298	2.847
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.903</u>	<u>11.918</u>

(i) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

- (ii) Contas a receber através principalmente de “Power Purchase Agreement” (“PPA”) junto a Cemig. O contrato foi feito em condições usuais de mercado pelas controladas e prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG entre o período de novembro de 2021 e dezembro de 2041.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	13.605	9.071
Vencidos até:		
01 - 30 dias	-	-
91 - 180 dias	239	2.847
Acima de 180 dias	59	-
	<u>13.903</u>	<u>11.918</u>

Em 31 de dezembro de 2022 não há registro de provisão para perdas de crédito. Os saldos vencidos são todos com a CCEE, e a Companhia vem recebendo em parcelas conforme inadimplência do mercado. Não existe dúvidas sobre o recebimento total dos valores.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CDB (i)	-	-	-	3.656
Conta reserva (ii)	-	-	44.314	41.352
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.314</u>	<u>45.008</u>

Os montantes apresentados referem-se a aplicações financeiras dadas em garantia:

- (i) CDB emitida em garantia aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”).
- (ii) Contas reservas, conforme contrato de empréstimo com o BNDES com vencimento de acordo com o contrato de financiamento e saldo ajustado de acordo com a variação do valor da parcela mensal da dívida.

## 8. INVESTIMENTOS

a) Informações da controlada em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Data-base</u>	<u>Participação no capital integralizado - %</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Sol do Sertão	31/12/2022	100%	467.800	361.682	25	361.658	(63.032)
Total			<u>467.800</u>	<u>361.682</u>	<u>24</u>	<u>424.690</u>	<u>(63.032)</u>

## b) Movimentação do investimento:

<u>Controlada</u>	<u>Valor do investimento em 31/12/2021</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Ágio</u>	<u>Valor do investimento em 31/12/2022</u>
Sol do Sertão	448.326	(63.032)	(902)	384.392
Total	<u>448.326</u>	<u>(63.032)</u>	<u>(902)</u>	<u>384.392</u>

<u>Controlada</u>	<u>Valor do investimento em 31/12/2020</u>	<u>Investimento</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Valor do investimento em 31/12/2021</u>
Sol do Sertão	363.069	107.986	(41.973)	19.244	448.326
Total	<u>363.069</u>	<u>107.986</u>	<u>(41.973)</u>	<u>19.244</u>	<u>448.326</u>

## 9. IMOBILIZADO

## a) Composição do ativo imobilizado

<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>	Taxa média Depreciação	Controladora	
		<u>Saldo líquido em 31/12/2022</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2021</u>
Máquinas equipamentos	20%	210	226
Edificações e benfeitorias	33%	68	285
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 12)	33%	135	464
Móveis e utensílios	10%	<u>128</u>	<u>110</u>
		<u>541</u>	<u>1.085</u>
		Consolidado	
		<u>Saldo líquido em 31/12/2022</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2021</u>
<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>			
Máquinas equipamentos	20%	210	226
Edificações e benfeitorias	33%	68	285
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 12)	33%	135	464
Móveis e utensílios	10%	<u>128</u>	<u>110</u>
		<u>541</u>	<u>1.085</u>
<u>Imobilizado operacional em serviço</u>			
Máquinas equipamentos	4,1%	1.287.122	1.336.902
Edificações e benfeitorias	3,5%	18.437	20.039
Móveis e utensílios	6,3%	2	2
Sobressalentes		-	-
		<u>1.305.561</u>	<u>1.356.943</u>

	Taxa média Depreciação	Consolidado	
		Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
<u>Imobilizado operacional em construção</u>			
Máquinas equipamentos		-	1.011
Sobressalentes		9.040	6.577
Serviços a ratear (i)		-	1.537
Adiantamentos a fornecedores (ii)		-	2.083
		<u>9.040</u>	<u>11.208</u>
<b>Total</b>		<u><u>1.315.142</u></u>	<u><u>1.369.236</u></u>

- (i) A rubrica “A ratear” é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, emitida pela ANEEL.
- (ii) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas fotovoltaicas das investidas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

b) Movimentação do ativo imobilizado

<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2022
Máquinas equipamentos	226	55	(71)	210
Edificações e benfeitorias	285	-	(217)	68
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 12)	464	56	(385)	135
Móveis e utensílios	110	31	(13)	128
	<u>1.085</u>	<u>142</u>	<u>(686)</u>	<u>541</u>

<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2021
Máquinas equipamentos	174	110	(58)	226
Edificações e benfeitorias	498	-	(213)	285
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 12)	765	32	(333)	464
Móveis e utensílios	123	-	(13)	110
	<u>1.560</u>	<u>142</u>	<u>(617)</u>	<u>1.085</u>

<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas (i)	Transferências	Depreciação	
Máquinas equipamentos	226	55	-	-	(71)	210
Edificações e benfeitorias	285	-	-	-	(217)	68
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 12)	464	56	-	-	(385)	135
Móveis e utensílios	110	31	-	-	(13)	128
	<u>1.085</u>	<u>142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(686)</u>	<u>541</u>

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas (i)	Transferências	Depreciação	
<b>Imobilizado operacional em serviço</b>						
Máquinas equipamentos	1.336.902	10.392	-	(6.942)	(53.230)	1.287.122
Edificações e benfeitorias	20.039	-	-	(934)	(668)	18.437
Móveis e utensílios	2	-	-	-	-	2
	<u>1.356.943</u>	<u>10.392</u>	<u>-</u>	<u>(7.876)</u>	<u>(53.898)</u>	<u>1.305.561</u>
<b>Imobilizado operacional em construção</b>						
Máquinas e equipamentos	1.011	4.179	-	(5.190)	-	-
Sobressalentes	6.577	2.929	(524)	58	-	9.040
Serviços a ratear (i)	1.537	209	-	(1.746)	-	-
Adiantamentos a fornecedores (ii)	2.083	-	(2.083)	-	-	-
	<u>11.208</u>	<u>7.317</u>	<u>(2.607)</u>	<u>(6.878)</u>	<u>-</u>	<u>9.040</u>
	<u>1.369.236</u>	<u>17.851</u>	<u>(2.607)</u>	<u>(14.754)</u>	<u>(54.584)</u>	<u>1.315.142</u>
<b>Consolidado</b>						
	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas (i)	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Imobilizado administrativo em serviço</b>						
Máquinas equipamentos	174	110	-	-	(58)	226
Edificações e benfeitorias	498	-	-	-	(213)	285
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 12)	765	32	-	-	(333)	464
Móveis e utensílios	123	-	-	-	(13)	110
	<u>1.560</u>	<u>142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(617)</u>	<u>1.085</u>
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Máquinas equipamentos	-	-	-	1.355.962	(19.060)	1.336.902
Edificações e benfeitorias	-	-	-	20.279	(240)	20.039
Móveis e utensílios	-	-	-	2	-	2
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.376.243</u>	<u>(19.300)</u>	<u>1.356.943</u>
<b>Imobilizado em construção</b>						
Máquinas e equipamentos	406.014	815.966	(388)	(1.220.581)	-	1.011
Edificações	462	1.074	-	(1.536)	-	-
Sobressalentes	-	6.577	-	-	-	6.577
Serviços a ratear (i)	60.497	24.058	-	(83.018)	-	1.537
Adiantamentos a fornecedores (ii)	47.448	25.743	-	(71.108)	-	2.083
	<u>514.421</u>	<u>873.418</u>	<u>(388)</u>	<u>(1.376.243)</u>	<u>-</u>	<u>11.208</u>
	<u>514.421</u>	<u>873.418</u>	<u>(388)</u>	<u>-</u>	<u>(19.300)</u>	<u>1.369.236</u>

## 10. INTANGÍVEL

## a) Composição do ativo intangível

	Taxas de Amortização	Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>Intangível administrativo em serviço</b>			
Software	20%	14	19
Total		<u>14</u>	<u>19</u>
<b>Consolidado</b>			
	Taxas de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
<b>Intangível operacional em serviço</b>			
Software	20%	62	79
Servidões		376	377
Contrato de Autorização		22.729	23.631
Ágio		5	5
Total		<u>23.172</u>	<u>24.092</u>

	<u>Taxas de Amortização</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Intangível administrativo em serviço</u>			
Software	20%	<u>14</u>	<u>19</u>
Total		<u>14</u>	<u>19</u>
Total do intangível		<u>23.186</u>	<u>24.111</u>

Os contratos de autorização possuem vida útil definida de 35 anos, os intangíveis atrelados a eles serão amortizados linearmente a partir de 2022 até o final da vigência do contrato.



## b) Mapa de movimentação do ativo intangível

	Controladora					Valor Líquido em 2021	Amortização	Valor Líquido em 2022
	Valor Líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Amortização			
<u>Intangível administrativo em serviço</u>								
Software	-	-	-	23	(4)	19	(5)	14
Total	-	-	-	23	(4)	19	(5)	14
<u>Intangível administrativo em curso</u>								
Servidões	-	23	-	(23)	-	-	-	-
Total	-	23	-	(23)	-	-	-	-
Total do intangível	-	23	-	-	(4)	19	(5)	14

	Consolidado								
	Valor Líquido em 2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor Líquido em 2021	Baixas	Transferências	Amortização	Valor Líquido em 2022
<u>Intangível operacional em serviço</u>									
Software	-	-	79	-	79	-	-	(17)	62
Servidões	-	-	377	-	377	-	(1)	-	376
Contrato de Autorização	23.631	-	-	-	23.631	(902)	-	-	22.729
Ágio	5	-	-	-	5	-	-	-	5
<b>Total</b>	<b>23.636</b>	<b>-</b>	<b>456</b>	<b>-</b>	<b>24.092</b>	<b>(902)</b>	<b>(1)</b>	<b>(17)</b>	<b>23.172</b>
<u>Intangível operacional em curso</u>									
Software	-	85	(85)	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	352	(352)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>437</b>	<b>(437)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<u>Intangível administrativo em serviço</u>									
Software	-	-	23	(4)	19	-	-	(5)	14
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>(4)</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>14</b>
<u>Intangível administrativo em curso</u>									
Servidões	-	23	(23)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>(23)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>23.636</b>	<b>460</b>	<b>19</b>	<b>(4)</b>	<b>24.111</b>	<b>(902)</b>	<b>(1)</b>	<b>(22)</b>	<b>23.186</b>

## 11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	644	355	3.787	14.006
Retenção contratual	-	-	-	8.753
Provisões de fornecedores	60	13	2.469	3.509
	<u>704</u>	<u>368</u>	<u>6.256</u>	<u>26.268</u>

## 12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	6	50	924	728
IRPJ e CSLL	-	-	1.329	2.380
ISS retido	-	-	15	52
CIDE	-	-	-	33
ICMS	-	-	2	54
INSS retido	-	-	15	60
Outros impostos	2	12	40	125
	<u>8</u>	<u>62</u>	<u>2.325</u>	<u>3.432</u>

## 13. ENCARGOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso de rede elétrica	-	-	2.377	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	-	-	155	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.532</u>	<u>-</u>

## 14. ARRENDAMENTOS

## a) Composição dos arrendamentos

Contrato	Valor contratual	Data de início	Taxa de juros a.a.	Data final	Forma de pagamento	31/12/2022	31/12/2021
Aluguel sede	913	Mai./20	3,5%	Abr./23	Mensal	120	472
Aditivo aluguel sede	87	Mai./21	3,5%	Fev./23	Mensal	15	60
Aditivo aluguel sede	56	Mai./22	3,5%	Abr./23	Mensal	20	-
	<u>1.056</u>					<u>155</u>	<u>532</u>
Circulante						155	397
Não circulante						-	135

Os vencimentos das parcelas de arrendamentos estão distribuídos como a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>
2023	<u>155</u>
	<u>155</u>

a.1) Movimentação dos arrendamentos referentes a contrato de aluguel:

	<u>Controladora e Consolidado</u>					
	<u>Saldo em</u>			<u>Juros</u>		<u>Saldo em</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>apropriados</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2022</u>
Aluguéis	397	56	(446)	13	135	155
Passivo circulante	397	56	(446)	13	135	155
Aluguéis	135	-	-	-	(135)	-
Passivo não circulante	135	-	-	-	(135)	-
Total	<u>532</u>	<u>56</u>	<u>(446)</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>155</u>

	<u>Controladora e Consolidado</u>					
	<u>Saldo em</u>			<u>Juros</u>		<u>Saldo em</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>apropriados</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2021</u>
Aluguéis	363	-	(392)	45	381	397
Passivo circulante	363	-	(392)	45	381	397
Aluguéis	484	32	-	-	(381)	135
Passivo não circulante	484	32	-	-	(381)	135
Total	<u>847</u>	<u>32</u>	<u>(392)</u>	<u>45</u>	<u>-</u>	<u>532</u>

b) Arrendamento de controladas indiretas

As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento de terras nos parques solares, no município de Oliveira dos Brejinhos, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos (base variável não é aplicável o IFRS 16) e apresenta vigência em torno de 40 anos.

## 15. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo</u>				
Compartilhamento de custos:				
Essentia PCHs S.A.	729	-	729	-
VT 01	-	-	10	-
OB I	-	31	-	-
OB II	-	-	-	-
OB III	-	-	-	-
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (i)	1.524	10.071	1.524	10.071
	<u>2.263</u>	<u>10.102</u>	<u>2.273</u>	<u>10.071</u>
<u>Resultado</u>				
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (i)	14.938	10.071	14.938	10.071
Pátria Infraestrutura IV FIP	-	(213)	-	(213)
Pátria Infraestrutura III FIP	-	(2.703)	-	(2.703)
	<u>14.938</u>	<u>7.155</u>	<u>14.938</u>	<u>7.155</u>

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) Compartilhamento de custos - origem pela IBH I: refere-se a compartilhamento de custos referente a despesas gerais e folha de pagamento. Os valores são rateados na proporção de 50% entre as Companhias IBH I e IBH IV.

Remuneração da Diretoria

A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados na IBH I corresponde a R\$1.739 (R\$1.645 em 31 de dezembro de 2021). Os gastos são registrados na IBH I e rateados conforme indicado no item (i) acima.

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

## a) Contratos

## (i) BNDES

Em 30 de outubro de 2020 a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito as controladas OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R\$910.000, integralmente desembolsados. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 4,18% ao ano.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é 15 de outubro de 2044. As linhas de crédito para as OB I, OB II e OB III foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito “A” - Investida OB I, recurso total de R\$313.272, composto por subcrédito A1 no valor de R\$250.618 e subcrédito A2 no valor de R\$62.654.
- Crédito “B” - Investida OB II, recurso total de R\$328.988 composto por subcrédito B1 no valor de R\$263.190 e subcrédito B2 no valor de R\$65.798.
- Crédito “C” - Investida OB III recurso total de R\$267.740 composto por subcrédito C1 no valor de R\$214.192 e subcrédito C2 no valor de R\$53.548.

(ii) CCB Itaú 1

Em 18 de setembro de 2020, a Companhia captou o valor de R\$264.000, na forma de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto à instituição financeira Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”). A dívida é composta por principal e juros remuneratórios a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,50% a.a. Em 25 de outubro de 2021 foi realizado o pagamento dos juros em sua integralidade, sendo que para o valor de principal foi feita a portabilidade da CCB entre o Itaú e o Banco Santander S.A. (“Santander”) - veja item iv a seguir.

(iii) CCB Itaú 2

No dia 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou a captação de CCB junto ao Itaú no montante de R\$200.000 composto de principal e juros remuneratórios a 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,25% a.a. A operação foi liquidada no vencimento, em 24 de setembro de 2021.

(iv) CCB Santander

Em 25 de outubro de 2021, foi realizada a portabilidade da CCB entre o Itaú e Santander, originalmente emitida em 18 de setembro de 2020 (item ii), no valor de R\$264.000. A CCB foi aditada, alterando-se a data de vencimento para 25 de outubro de 2022 e a taxa de juros remuneratórios para 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,4% ao ano. A CCB é garantida por uma cédula indissociável ao “Revolving Credit Agreement”, celebrado em 11 de março de 2020, inicialmente entre Patria Infrastructure Fund IV, L.P., Patria Infrastructure Fund IV-A, L.P., Patria Infrastructure Fund IV-B, L.P. e Patria Infrastructure Fund IV (Cayman), L.P., todos na qualidade de “Initial Borrowers”. A operação foi liquidada no vencimento, em 25 de outubro de 2022 (vide item (vi)).

(v) CCB Itaú 3

Em 28 de maio de 2021 a Companhia captou o valor de R\$149.500, a título de cédula de crédito bancário, junto ao Itaú. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,00% ao ano, com vencimento para 23 de maio de 2022. Em 20 de maio de 2022 ocorreu um aditamento à CCB com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de fevereiro de 2023, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,35% ao ano.

## b) Composição de empréstimos e financiamentos

<u>Empresas</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
OBI, OBII e OBIII	BNDES	IPCA + 4,18% a.a.	15/10/2044	1.032.350	1.005.489
IBHI	CCB	CDI + 1 a 1,40 a.a.	22/02/2023	176.545	422.358
				<u>1.208.895</u>	<u>1.427.847</u>
Circulante				221.951	467.807
Não circulante				986.944	960.040

## c) Fluxo nominal

	<u>Fluxo nominal</u>
1 ano	222.510
2 anos	44.195
3 anos	44.460
4 anos	44.735
5 anos	45.022
Após 5 anos	814.412
	<u>1.215.335</u>

## d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>						<u>Saldo em 2022</u>
	<u>Saldo em 2021</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Amortização do custo de transação</u>	
Principal	413.500	49	-	-	(264.000)	-	149.549
Juros	10.543	-	-	51.012	(34.154)	-	27.401
Custo de transação	(1.685)	-	-	-	-	1.280	(405)
	<u>422.358</u>	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>51.012</u>	<u>(298.154)</u>	<u>1.280</u>	<u>176.545</u>
	<u>Controladora</u>						<u>Saldo em 2021</u>
	<u>Saldo em 2020</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Amortização do custo de transação</u>	
Principal	466.347	149.500	-	-	(202.347)	-	413.500
Juros	2.539	-	-	30.734	(22.730)	-	10.543
Custo de transação	(4.982)	(3.915)	-	-	-	7.212	(1.685)
	<u>463.904</u>	<u>145.585</u>	<u>-</u>	<u>30.734</u>	<u>(225.077)</u>	<u>7.212</u>	<u>422.358</u>

Consolidado								
	Saldo em 2021	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Transferências	Pagamentos	Amortização do custo de transação	Saldo em 2022
Principal	1.417.330	49	61.899	-	14.048	(307.009)	-	1.186.317
Juros	19.224	-	88	93.708	(14.048)	(69.548)	-	29.424
Custo de transação	(8.707)	-	-	-	-	-	1.861	(6.846)
	<u>1.427.847</u>	<u>49</u>	<u>61.987</u>	<u>93.708</u>	<u>-</u>	<u>(376.557)</u>	<u>1.861</u>	<u>1.208.895</u>

  

Consolidado								
	Saldo em 2021	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Transferências	Pagamentos	Amortização do custo de transação	Saldo em 2022
Principal	795.373	730.474	73.513	-	20.317	(202.347)	-	1.417.330
Juros	2.539	-	233	59.499	(20.317)	(22.730)	-	19.224
Custo de transação	(9.532)	(6.936)	-	-	-	-	7.761	(8.707)
	<u>788.380</u>	<u>723.538</u>	<u>73.746</u>	<u>59.499</u>	<u>-</u>	<u>(225.077)</u>	<u>7.761</u>	<u>1.427.847</u>

- Em 28 de maio de 2021 a Companhia captou o valor de R\$149.500, a título de cédula de crédito bancário, junto ao Itaú. Tanto a amortização quanto os juros eram devidos em seu vencimento (23 de maio de 2022). Em 20 de maio de 2022, seu saldo devedor foi inteiramente rolado por nove meses adicionais, com novo vencimento em 22 de fevereiro de 2023.
- Em 25 de outubro de 2021, foi realizada a portabilidade da CCB entre o Itaú e Santander, originalmente emitida em 18 de setembro de 2020, no valor de R\$264.000. A CCB foi aditada, alterando-se a data de vencimento para 25 de outubro de 2022. A operação foi liquidada no vencimento.
- Em 25 de outubro de 2022, a Companhia captou o valor de R\$298.200, via sua 1ª emissão de debêntures. Ambas possuem amortização e juros somente em seu vencimento, em 10 de março de 2023.

e) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

f) Índice de cobertura da dívida - BNDES

O financiamento com o BNDES referente às controladas OB I, OB II e OB III possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD"), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding, com base nas demonstrações financeiras. O cálculo é obrigatório a partir do exercício de 2023 considerando os dados de encerramento em 31 de dezembro de 2022, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital.

A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente.



## 17. DEBÊNTURES

## a) Contrato

## 1ª Emissão de Debêntures

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia captou o valor de R\$298.200, via sua 1ª emissão de debêntures. A dívida é composta por duas séries, sendo: (i) 1ª série no valor de R\$245.000, composta por principal e juros atualizados a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,40% ao ano e (ii) 2ª série no valor de R\$53.200, composta por principal e juros atualizados a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,20% ao ano. Ambas possuem vencimento em 10 de março de 2023.

<u>Empresas</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IBHI	Debêntures	CDI + 1,20% a 1,40% a.a.	10/03/2023	306.003	-
				<u>306.003</u>	<u>-</u>
Circulante				306.003	-
Não circulante				-	-

## b) Movimentação de debêntures

	<u>Controladora e Consolidado</u>			
	<u>Saldo em 2021</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Principal	-	298.200	-	298.200
Juros	-	-	7.803	7.803
	<u>-</u>	<u>298.200</u>	<u>7.803</u>	<u>306.003</u>

## c) Fluxo nominal

	<u>Fluxo nominal</u>
1 ano	306.003
	<u>306.003</u>

## d) Garantias

- Para a 1ª série: Garantia Corporativa do Patria Infrastructure Fund IV, L.P., Patria Infrastructure Fund IV-A, L.P., Patria Infrastructure Fund IV-B, L.P. e Patria Infrastructure Fund IV (Cayman), L.P.
- Para a 2ª série: Standby Letter of Credit, no volume de USD 11.300

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reclamações trabalhistas	-	-	57	286
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57</u>	<u>286</u>

Movimentação da provisão

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	286	-
Adições	88	286
Pagamentos	(31)	-
Reversão de provisão	(286)	-
	<u>57</u>	<u>286</u>

A OBI foi incluída como parte em ação reclamatória trabalhista movida por ex-funcionário de empresa contratada para a fase de construção do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão. Na ação são reclamadas verbas trabalhistas rescisórias e danos morais. A Administração da Companhia considera o prognóstico de perda como provável.

Contingências possíveis

A Companhia possui processo relativo ao questionamento da área considerada edificável do projeto para fins de expedição do alvará de construção. Através de emissão de pedido de liminar realizado pela Companhia, que foi deferido, o valor da taxa de expedição foi reduzido. A Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R\$ 1.130.

As controladas indiretas da Companhia possuem processos em fase administrativa correspondente a questionamentos sobre recolhimento de ISS. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível, no valor de R\$2.500.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(144.231)	(97.561)	(137.319)	(85.073)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(49.039)	(33.171)	(46.688)	(28.925)
Equivalência patrimonial	(21.431)	14.312	-	-
Demais adições e exclusões	-	-	-	(3.356)
Parcela não reconhecida de crédito tributário	70.470	18.859	46.673	28.900
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(6.897)	(9.107)
Despesas de IRPJ e CSLL	-	-	(6.912)	(12.488)
Alíquota efetiva	0%	0%	5%	15%

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$750.001 (R\$650.001 em 31 de dezembro de 2021), representado por 750.001 ações (650.001 em 31 de dezembro de 2021).

2022 e 2021

Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%
	<u>100%</u>

## b) Alterações capital social

Em 15 de setembro de 2022, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$438.741 (representado por 438.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) sem a restituição do montante, uma vez que o capital social objeto da redução não se encontra integralizado. Na mesma assembleia, foi aprovado um aumento do capital social de R\$538.741 mediante a subscrição privada de 538.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## c) Resultado por ação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(144.231)	(97.561)
Média ponderada de ações ordinárias	679.315.568	650.000.500
Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,2123)</u>	<u>(0,1501)</u>

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Geração de energia - contratada	-	-	161.119	90.013
Geração de energia - CCEE	-	-	491	4.723
	-	-	<u>161.610</u>	<u>94.736</u>
PIS	-	-	(1.050)	(615)
COFINS	-	-	(4.848)	(2.842)
TFSEE	-	-	(1.695)	-
	-	-	<u>(7.593)</u>	<u>(3.457)</u>
	-	-	<u>154.017</u>	<u>91.279</u>

## 22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Compra de energia	-	-	(315)	(1.259)
Tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST") (i)	-	-	(26.038)	(13.350)
Custos com energia elétrica	-	-	<u>(26.353)</u>	<u>(14.609)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e encargos	-	-	(838)	(436)
Materiais	-	-	(1.120)	(553)
Serviços de terceiros	-	-	(7.936)	(1.838)
Prêmios de seguros	-	-	(1.649)	(641)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(1.748)	(671)
Depreciação e amortização	-	-	(55.280)	(19.306)
Outros	-	-	(886)	(240)
Custos de operação	-	-	(69.457)	(23.685)
	-	-	(95.810)	(38.294)

- (i) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL.

#### 23. RECEITAS/(DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e encargos	(14.481)	(9.209)	(14.481)	(9.209)
Materiais	(97)	(78)	(124)	(113)
Serviços de terceiros	(1.060)	(4.150)	(1.964)	(5.193)
Seguros	(70)	(128)	(70)	(128)
Provisão para contingências	-	-	229	(286)
Depreciação e amortização	(1.535)	(567)	(1.535)	(567)
Tributos	(2)	(16)	(24)	(16)
Arrendamentos e aluguéis	(183)	(41)	(279)	(57)
Outras despesas	(658)	(1.201)	(1.264)	(1.203)
	(18.086)	(15.390)	(19.512)	(16.772)

#### 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos das aplicações financeiras	1.029	1.170	8.594	2.613
Tributos sobre receitas financeiras	(50)	(55)	(71)	(69)
Ganho de variação cambial não realizada	-	-	-	-
Ganhos com derivativos	-	-	-	1.776
Variação cambial	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	40	18	3.486	23
Receitas financeiras	1.019	1.133	12.009	4.343

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(58.815)	(30.734)	(163.500)	(133.245)
Juros capitalizados (ii)	-	-	-	29.857
Comissões, garantias e fianças (i)	(5.268)	(10.337)	(24.053)	(19.208)
IOF	-	(204)	(193)	(618)
Perdas com derivativos	-	-	-	(2.103)
Outras despesas financeiras	(49)	(56)	(277)	(312)
Despesas financeiras	(64.132)	(41.331)	(188.023)	(125.629)
	<u>(63.113)</u>	<u>(40.198)</u>	<u>(176.014)</u>	<u>(121.286)</u>

- (i) Os valores de comissões reconhecidos no resultado financeiro referem-se substancialmente a custos de emissão de empréstimos e financiamentos captados e liquidados durante o ano e amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos ainda não liquidados.
- (ii) Valores capitalizados durante a fase pré-operacional do Complexo Fotovoltaico de Sol do Sertão.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

### a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

#### (i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. As controladas da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Análise de sensibilidade

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do exercício (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI e ao IPCA, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em dezembro de 2022 em 12,37% a.a. e ao IPCA em 5,79% a.a. e em dezembro de 2021 em 4,39% a.a. e 10,06% a.a. respectivamente.

		Controladora					
		31/12/2022					
Instrumento - Ativos	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	16.928	2.311	1.733	1.155	2.888	3.466
		Controladora					
		31/12/2022					
Instrumento - Passivos	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Empréstimos	CDI	(482.548)	(65.868)	(49.401)	(32.934)	(82.335)	(98.802)
Arrendamentos	CDI	(155)	(21)	(16)	(11)	(26)	(32)
Exposição líquida		(465.775)	(63.578)	(47.684)	(31.790)	(79.473)	(95.368)
		Controladora					
		31/12/2021					
Instrumento - Ativos	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	22.923	2.008	1.506	1.004	2.510	3.012
		Controladora					
		31/12/2021					
Instrumento - Passivos	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Empréstimos	CDI	422.358	36.999	27.749	18.499	46.248	55.498
Arrendamentos	CDI	532	47	35	23	58	70
Exposição líquida		(399.967)	(35.038)	(26.278)	(17.518)	(43.796)	(52.556)

		Consolidado					
		31/12/2022					
Instrumento - Ativos	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	45.528	6.215	4.661	3.107	7.768	9.322
Títulos e valores mobiliários	CDI	44.314	6.049	4.537	3.024	7.561	9.073

		Consolidado					
		31/12/2022					
Instrumento - Passivos	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Empréstimos	CDI	(482.548)	(65.868)	(49.401)	(32.934)	(82.335)	(98.802)
Empréstimos	IPCA	(1.032.351)	(59.773)	(44.830)	(29.887)	(74.716)	(89.660)
Arrendamentos	CDI	(155)	(21)	(16)	(11)	(26)	(32)
Exposição líquida		(1.425.212)	(113.398)	(85.049)	(56.701)	(141.748)	(170.099)

		Consolidado					
		31/12/2021					
Instrumento - Ativos	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	54.511	4.775	3.581	2.388	5.969	7.163
Títulos e valores mobiliários	CDI	45.008	3.943	2.957	1.971	4.928	5.914

		Consolidado					
		31/12/2021					
Instrumento - Passivos	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Empréstimos	CDI	(422.358)	(36.999)	(27.749)	(18.499)	(46.248)	(55.498)
Empréstimos	IPCA	(1.005.488)	(83.958)	(62.969)	(41.979)	(104.948)	(125.937)
Arrendamentos	CDI	(532)	(47)	(35)	(23)	(58)	(70)
Exposição líquida		(1.328.859)	(112.286)	(84.215)	(56.142)	(140.357)	(168.428)

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	Controladora		
	2022	2021	Mensuração a valor justo
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalência de caixa	16.928	22.923	Nível 1
<u>Custos amortizado</u>			
Partes relacionadas	2.263	10.102	
<u>Passivos financeiros</u>			
Custos amortizado:			
Fornecedores	704	368	
Empréstimos e financiamentos	176.545	422.358	
Debêntures	306.003		
Partes relacionadas	-	532	

	Consolidado		Mensuração a valor justo
	2022	2021	
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa	45.528	54.511	Nível 1
Títulos e valores mobiliários	44.314	45.008	Nível 2
Custos amortizado:			
Contas a receber	13.903	11.918	
Partes relacionadas	2.273	10.071	
<u>Passivos financeiros</u>			
Custos amortizado:			
Fornecedores	6.256	26.268	
Empréstimos e financiamentos	1.208.895	1.427.846	
Debêntures	306.003		

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

## 26. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

## 27. GARANTIAS

### a) Fianças bancárias sobre Empréstimos e financiamentos

Garantias	Tipo de garantia	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos BNDES	Fiança bancária	1.070.002	1.070.000
ONS	Fiança bancária	3.877	3.364
1ª Emissão Debêntures IBH I	“Standby Letter of credit”	54.576	-
<b>Total</b>		<b>1.128.455</b>	<b>1.073.364</b>

Além de fiança bancária as garantias do financiamento com o BNDES incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão, OB I, OB II e OB III e (ii) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto.



## 28. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de arrendamento no imobilizado	56	32	-	32
Fornecedores a pagar - Capex	-	-	-	4.741
Provisões de fornecedores	60	90	1.146	2.959
Estoques de terceiros	-	-	-	172
	<u>116</u>	<u>112</u>	<u>1.146</u>	<u>7.904</u>

## 29. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais, D&O, responsabilidade civil, riscos de engenharia, obras em construção, transporte nacional e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2023, ocorreram os seguintes eventos: (i) rolagem de 100% do saldo devedor da CCB Itaú 3, no valor original de principal de R\$149.500, por 12 (doze) meses adicionais (até 22 de fevereiro de 2024), com pagamento de principal e juros somente no vencimento, e taxa de CDI + 1,50% aa, e (ii) quitação antecipada da 1ª Emissão de Debêntures em 24 de fevereiro de 2023 via nova emissão de dívida em 23 de fevereiro de 2023, através de notas comerciais no volume de R\$319.500, com pagamento de principal e juros somente no vencimento (23 de fevereiro de 2024), e taxa de CDI + 1,50% aa.

Em fevereiro de 2023 foi realizado acordo com o antigo acionista das controladas com relação a pagamento complementar da aquisição realizada em 2020 no valor total de R\$ 20.000.